

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017
com Relatório dos Auditores Independentes

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis	
Balanco patrimonial.....	4
Demonstração dos resultados.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Demonstração do valor adicionado.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores e Acionistas da
Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.
Xanxerê - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. (Companhia) em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2018.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP-03.22.67/O-1



Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante			
Caixa equivalentes de caixa	5	2.930	396
Contas a receber de clientes	6	18.464	10.292
Impostos e contribuições a recuperar	11	7	14
Estoques		548	618
Serviços pedidos em curso	8	120	41
Adiantamentos a fornecedores		867	2.546
Subvenção CDE	9	536	1.752
Outros créditos a receber	10	215	127
		<u>23.687</u>	<u>15.786</u>
Não circulante			
Depósitos judiciais	20	29.531	27.626
Impostos e contribuições a recuperar	11	10	10
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	2.064	2.644
Ativo financeiro da concessão	12	5.370	27
Intangível	13	23.936	26.759
		<u>60.911</u>	<u>57.066</u>
Total do ativo		<u>84.598</u>	<u>72.852</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	15	6.991	7.518
Empréstimos e financiamentos	16	870	3.488
Folha de pagamento		475	835
Impostos e contribuições a recolher	17	11.362	8.304
Dividendos e JSCP		86	86
Obrigações Estimadas	19	1.732	1.329
Encargos do Consumidor	18	5.357	3.196
Passivos financeiros setoriais	21	7.961	2.786
Outras contas a pagar	21	670	846
		35.504	28.388
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	1.033	2.181
Impostos e Contribuições a Recolher	17	2.516	-
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	20	32.927	31.616
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	3.464	3.816
Outras contas a pagar	21	29	32
		39.969	37.645
Patrimônio líquido			
Capital Social	22	6.388	5.888
Reservas de lucros	22	1.743	1.743
Recursos destinados a Aumento de Capital		200	-
Lucros (prejuízos) acumulados		794	(812)
		9.125	6.819
Total do passivo		84.598	72.852

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Demonstração dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto pelo lucro por quota)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	23	75.231	59.884
Custos/Despesas Operacionais			
Energia elétrica comprada para revenda	24	(27.664)	(11.595)
Custo de construção	24	(4.809)	(5.863)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	24	(18.794)	(20.268)
Pessoal	24	(13.518)	(12.933)
Material	24	(1.276)	(1.455)
Serviços de terceiros	24	(2.800)	(3.385)
Depreciação e amortização	24	(1.628)	(1.338)
Arrendamentos e alugueis	24	(738)	(731)
Outros	24	(518)	(368)
		<u>(71.745)</u>	<u>(57.936)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>3.486</u>	<u>1.948</u>
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras	25	(2.310)	(3.253)
Receitas financeiras	25	1.361	1.261
		<u>(949)</u>	<u>(1.992)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>2.537</u>	<u>(44)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	26	(703)	(48)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	26	(228)	(323)
		<u>(931)</u>	<u>(371)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>1.606</u>	<u>(415)</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Recursos Dest.Aum. de Capital</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
31 de dezembro de 2015	5.888	1.743	-	(346)	7.285
Baixa de OE de 11/11 a 08/14	-	-	-	(40)	(40)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(414)	(414)
Dividendos declarados	-	-	-	(12)	(12)
31 de dezembro de 2016	5.888	1.743	-	(812)	6.819
Subscrição de Capital	500	-	-	-	500
Recursos Destinados a Aumento de Capital	-	-	200	-	200
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	1.606	1.606
31 de dezembro de 2017	6.388	1.743	200	794	9.125

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.
Demonstração dos Fluxos de caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.606	(415)
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro antes do imposto de renda e a contribuição social com o fluxo de caixa:		
Juros sobre empréstimos	1.423	1.867
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	1.311	1.940
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	581	(164)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(353)	487
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	268	769
Amortizações e baixas do intangível	1.628	1.338
Lucro ajustado	6.464	5.822
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber de clientes	(8.441)	7.350
Serviços pedidos em curso	(79)	367
Depósitos judiciais	(1.905)	(1.932)
Ativo financeiro da concessão	(5.343)	317
Exposição involuntária	1.216	(1.153)
Outras contas à receber	1.676	(604)
	(12.876)	4.345
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(528)	36
Impostos e contribuições a recolher	5.573	(1.544)
Encargos do Consumidor	2.161	(1.857)
Outras contas à pagar	3.849	1.152
	11.055	(2.213)
Fluxo de caixa originado das atividades operacionais	4.643	7.954
Atividades de investimentos		
Investimentos de curto prazo	-	-
Intangível	1.195	(2.003)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	1.195	(2.003)
Atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimos	-	426
Amortização de empréstimos	(4.004)	(5.939)
Dividendos distribuídos	-	(318)
Aumento de Capital	700	-
Fluxo de caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(3.304)	(5.831)
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.534	120
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	396	276
Saldo no final do exercício	2.930	396
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.534	120

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	97.750	102.096
Outras receitas operacionais	17.776	8.332
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(21)	(27)
	<u>115.505</u>	<u>110.401</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custo da energia comprada, CUSD e custo de construção	(51.267)	(37.726)
Serviço de terceiros	(2.800)	(3.385)
Materiais	(1.276)	(1.455)
Outros	-	48
	<u>(55.343)</u>	<u>(42.518)</u>
Valor adicionado/aplicado bruto	<u>60.162</u>	<u>67.883</u>
Depreciação/Amortização	<u>(1.628)</u>	<u>(1.338)</u>
Valor adicionado líquido gerado (aplicado) pela Companhia	<u>58.534</u>	<u>66.545</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.361	1.261
Valor adicionado total a distribuir	<u>59.895</u>	<u>67.806</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados	13.518	14.545
Remuneração direta	8.997	10.137
Benefícios	759	829
FGTS/INSS	3.762	3.579
Outros	497	(1.612)
	<u>14.015</u>	<u>12.933</u>
Tributos		
Federais, Estaduais e Municipais	41.225	51.390
Remuneração de capitais de terceiros		
Aluguéis	739	731
Outras despesas financeiras	2.310	3.167
	<u>3.049</u>	<u>3.898</u>
Remuneração de capitais próprios		
Lucro (prejuízo) do exercício	1.606	(415)
	<u>59.895</u>	<u>67.806</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto onde indicado outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Iguçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda, é uma Concessionária de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica, tendo como sua área de concessão legal de 1.252 Km², atendendo 35.713 consumidores em 8 municípios (Xanxerê, Xaxim, Marema, Lajeado Grande, Entre Rios, Bom Jesus e parte dos Municípios de Cordilheira Alta e Iguçu, todos na Região Oeste, do Estado de Santa Catarina), tendo sua sede no Município de Xanxerê, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem sócios controladores, entre eles, a Netherinvest Participações Ltda., empresa com sede em São Paulo no Estado de São Paulo que tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente no setor de energia elétrica e também outros setores.

2. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Iguçu Energia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, conforme contrato de concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 050/1999, firmado em 28 de junho de 1999 entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e a Iguçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. - IENERGIA. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela concessionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica da concessão de que esta é titular.

Em 15 de dezembro de 2015 foi assinado o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, por meio do qual foi renovado o prazo de concessão e terá vigência até 7 de julho de 2045. Neste aditivo foram incluídos novos compromissos sobre qualidade operacional, econômica e financeira que a Companhia deverá cumprir e que serão objeto de monitoramento pela ANEEL. Na Clausula Decima Sexta do Quinto Termo Aditivo consta que a celebração deste Termo Aditivo rescinde para todos os efeitos as Cláusulas e Subcláusulas do Contrato de Concessão nº 50/1999-ANEEL, de 28 de junho de 1999, e dos demais Aditivos assinados anteriormente a este Termo Aditivo, sem prejuízo dos Direitos e Obrigações decorrentes do Contrato nº 50/1999-ANEEL, ressalvados aqueles que conflitarem com a Lei nº 12.783 de 2013, com o Decreto nº 7.805, de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 2015 ou com as Disposições deste Termo Aditivo.

Consta na Subcláusula Única da Cláusula Décima Sexta que a DISTRIBUIDORA aceita na assinatura deste Termo Aditivo as Condições de Prorrogação estabelecidas no presente Instrumento Jurídico, bem como as disposições da Lei nº 12.783, de 2013, no Decreto nº 7.805, de 2012 e no Decreto nº 8.461, de 2015.

3. Base de apresentação

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) brasileiro, definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), sendo que este foi harmonizado ao máximo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Os seguintes dispositivos que são conflitantes com as práticas regulatórias, conforme descrito no MCSE:

Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração contábil tais como, MW, MWh e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2018.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: a) os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e b) os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo.

3.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos e de mensuração

Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das Demonstrações Contábeis.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco expressivo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Amortização do intangível de concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012.

Ativo financeiro de concessão

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está na nota 12.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, regulatórios, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério referente à análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está descrito na nota 7.

4. Principais Políticas contábeis

4.1. Mudanças nas políticas contábeis

Durante o exercício de 2017, o CPC emitiu revisões de pronunciamentos as quais não produziram efeitos nas principais políticas contábeis e nas demonstrações contábeis da Companhia.

4.2. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Ativo Regulatório Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros.

4.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

4.4. Subvenções governamentais

São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

4.5. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

4.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto.

4.7. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.9. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, os serviços prestados, os acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência (nota 6).

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização do seu contas a receber (nota 7).

4.10. Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustados por provisão para perdas, quando necessário, e não excedem o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados aos investimentos estão classificados no ativo intangível e valorizados pelo custo médio de aquisição líquidos do ICMS.

4.11. Ativo Indenizável (Concessão)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos celebrados entre a União (poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B) e são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

1. Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor novo de reposição (“VNR”) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
2. Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o VNR classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota 12.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produziu efeitos no exercício de 2012, não afetando o resultado de anos anteriores.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

4.12. Ativos intangíveis

- **Contratos de concessão de serviços**

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

- **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

- **Amortização**

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação à vida útil estimada dos ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

4.13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências

disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.14. Resultado por quota

O resultado por quota básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos quotistas diretamente proporcional.

4.15. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

4.16. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

4.17. Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros.

No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Orientação Técnica – OCPC 08 teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

A Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, registrando os valores em Outras Contas a Receber em contrapartida a Receita de Ativo Regulatório no resultado.

4.18 Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

A natureza e o impacto, se algum, de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

➤ **IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações (Vigência a partir de 01/01/2016)**

A alteração esclarece que um contrato de serviço que inclua uma taxa pode constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar a natureza desta taxa e o acordo em comparação à orientação sobre envolvimento contínuo na IFRS 7, a fim de avaliar se a evidenciação é exigida. A avaliação de quais contratos de serviços constituem envolvimento contínuo deve ser feita retrospectivamente. Contudo, a evidenciação exigida não precisa ser fornecida para qualquer período iniciado antes do período anual em que a entidade aplicar pela primeira vez as alterações. Estas alterações não geraram nenhum impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- *Alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Iniciativa de divulgação). (Vigência a partir de 01/01/2016)*
As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Itens de linhas específicas nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e no balanço patrimonial podem ser desagregados; flexibilidade quanto à ordem em que apresentam as notas às demonstrações financeiras. Estas alterações não geraram nenhum impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- *Alteração IAS 16 e IAS 38 Esclarecimentos de Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016.)*
A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. As alterações são aplicadas de forma prospectiva e não têm impacto sobre a Companhia, uma vez que não foi alterado o método para amortização dos ativos não circulantes.

- *IAS 19 Benefícios a Empregados (Vigência a partir de 01/01/2016)*
Essa norma esclarece que a profundidade do mercado de títulos privados em diferentes países é avaliada com base na moeda em que é denominada a obrigação, em vez de no país em que está localizada a obrigação. Quando não existe mercado profundo para títulos privados de alta qualidade nessa moeda, devem ser usadas taxas de títulos públicos. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente porém não têm impacto sobre a Companhia, uma vez que esta já utilizava taxas de títulos públicos com base na moeda em que é denominada a sua obrigação.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações financeiras e não foram adotados antecipadamente:

- *IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)*
Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.

- *IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)*
Substituir todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro 2018, sendo permitida adoção antecipada. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações financeiras.

- *IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)*
Estabelecer os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

- *IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa – Alterações à IAS 7 (Vigência a partir de 01/01/2017)*
Fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.

- *IAS 12 Tributos sobre o lucro - Alterações à IAS 12 (Vigência a partir de 01/01/2017)*
Esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas normas estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor, se aplicável.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4.19. Demonstração dos Resultados Abrangentes

Em nossas Demonstrações Contábeis, a Iguçu Distribuidora de Energia elétrica Ltda., não apresentou as Demonstrações dos Resultados Abrangentes por motivo de não existir nenhum resultado que se caracterize como abrangente.

4.20. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Iguçu Distribuidora de energia Elétrica Ltda., conforme requerido pela legislação societária brasileira. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.21 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	2.930	396
	<u>2.930</u>	<u>396</u>

Os saldos de equivalentes de caixa correspondem ao numerário em trânsito.

6. Contas a Receber de Clientes

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Contas a receber de consumidores faturados	8.805	7.279
Contas a receber de consumidores não faturados	2.943	2.466
Outras	263	347
	<u>12.011</u>	<u>10.092</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(268)	(247)
Rendas a receber	252	19
Ativos financeiros setoriais (nota 36)	6.469	428
Total de conta a receber de clientes	<u>18.464</u>	<u>10.292</u>

As contas a receber apresentadas acima são classificadas como empréstimos e recebíveis e, portanto, mensuradas pelo custo amortizado.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso. Na condição de prestadora de serviço público de distribuição, a Companhia deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação à infraestrutura da concessão.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica estão distribuídos da seguinte forma por idade de vencimento:

Classe do consumidor	2017			Total 2017
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	
Residencial	2.529	617	64	3.210
Industrial	964	289	37	1.290
Comércio, Serviços e Outras Atividades	1.944	201	53	2.198
Rural	994	223	122	1.339
Poder Público	244	2	2	248
Iluminação Pública	326	-	-	326
Serviço Público	194	-	-	194
Subtotal	7.195	1.332	278	8.805
Fornecimento não Faturado	2.943	-	-	2.943
Serviço Taxado	-	38	7	45
Encargo de Capacidade Emergencial	-	-	1	1
Outras	40	79	8	127
Encargo de Uso da Rede Elétrica	90	-	-	90
	10.268	1.449	294	12.011

Classe do consumidor	2016			Total 2016
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	
Residencial	2.114	513	65	2.692
Industrial	815	257	26	1.098
Comércio, Serviços e Outras Atividades	1.506	184	37	1.727
Rural	774	123	130	1.027
Poder Público	197	19	1	217
Iluminação Pública	277	71	-	348
Serviço Público	163	7	-	170
Subtotal	5.846	1.174	259	7.279
Fornecimento não Faturado	2.466	-	-	2.466
Serviço Taxado	-	9	23	32
Encargo de Capacidade Emergencial	-	-	1	1
Outras	167	29	47	243
Encargo de Uso da Rede Elétrica	71	-	-	71
	8.550	1.212	330	10.092

6. Provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2017			2017
	2016	Provisões Adições	(Baixas)	
Contas a receber de consumidores faturados	247	3.126	(3.105)	268
Total circulante	247	3.126	(3.105)	268

	2016			2016
	2015	Provisões Adições	(Baixas)	
Contas a receber de consumidores faturados	220	2.916	(2.889)	247
Total circulante	220	2.916	(2.889)	247

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos e compreende resumidamente em:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.
- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais de 360 dias.

7. Serviços pedidos em curso

O saldo de R\$ 120 (R\$ 41 em 31/12/2016) refere-se aos valores de projetos em andamento do Programa de Eficiência Energética e do Programa de Pesquisa & Desenvolvimento e que assim que concluídos são compensados com valores registrados no passivo.

8. Subvenção CDE

O saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 536 (R\$ 1.752 em 31 de dezembro de 2016) compreende aos Créditos CDE a receber da Eletrobrás. A ANEEL homologa o montante mensal de recursos da CDE a ser repassado pela - Eletrobrás, considerando o resultado do processo de contabilização, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a partir das operações de janeiro de 2013, e a diferença entre o preço de liquidação de diferenças médio mensal e a cobertura tarifária concedida para o montante de reposição não recontratado. A Eletrobrás repassará estes recursos diretamente às concessionárias de distribuição, nas datas e contas relativas aos respectivos aportes mensais de garantias financeiras, para fins da liquidação financeira do mercado de curto prazo.

10. Outros créditos a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Subvenção baixa renda	64	24
Outros créditos a receber	151	103
	<u>215</u>	<u>127</u>

11. Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
ICMS (a)	7	10	9	10
IRRF	-	-	5	-
	<u>7</u>	<u>10</u>	<u>14</u>	<u>10</u>

- (a) Refere-se ao ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado e que será recuperado á razão de 1/48 (um quarenta e oito avos), de acordo com o Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina, alterado pela Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

12. Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada a taxa de 7,5% por meio do denominado WACC regulatório (líquido de impostos), que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	2017			
	2016	Adições	Baixas	2017
Ativo financeiro	27	5.550	(207)	5.370
Intangível	26.759	2.727	(5.550)	23.936
Total	26.786	7.863	(5.343)	29.306

	2016			
	2015	Adições	Baixas	2016
Ativo financeiro	344	-	(317)	27
Intangível	24.299	2.460	-	26.759
Total	24.643	2.460	(317)	26.786

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

(a) Valor novo de reposição

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

(b) Obrigações Especiais

Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

As obrigações especiais são calculadas com base na participação da fonte de recurso, a saber:

- Os recursos da União são calculados pelo percentual estabelecido no contrato; e
- Os demais recursos se enquadram na Resolução ANEEL 414/2010, alterada pelas Resoluções 416/2010, 418/2010, 431/2011, 426/2011, 436/2011, 449/2011, 472/2012, 479/2012, 516/2012, 563/2013, 572/2013, 581/2013, 610/2014, 620/2014, 626/2014, 663/2015 e 670/2015.

13. Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

2017					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Valor líquido	Amortização	Transf. para Ativo Financeiro	Valor líquido
Em serviço	4,23%	21.151	(1.618)	2.995	22.518
Em curso	-	6.958	-	(5.550)	1.408
		28.109	(1.628)	(2.555)	23.936

2016					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	Transf. para Ativo Financeiro	Valor líquido
Em serviço	4,23%	19.166	(1.338)	1.973	19.801
Em curso	-	5.133	-	1.825	6.958
		24.299	(1.338)	3.798	26.759

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2028, conforme ICPC01. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

A mutação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	2017					2017
	2016	Adições	Baixas	Amortização	Transferência	
Em Serviço	34.251	2.995	(1.895)	-	-	35.351
(-) Amortização	(14.450)	1.628	-	-	-	(12.822)
Total em serviço	19.801	4.623	(1.895)	-	-	22.529
Em curso	6.958	8.060	(13.610)	-	-	1.407
	26.759	12.683	(15.505)	-	-	23.936

	2016					2016
	2015	Adições	Baixas	Amortização	Transferência	
Em Serviço	34.954	-	(703)	-	-	34.251
(-) Amortização	(15.788)	1.338	-	-	-	(14.450)
Total em serviço	19.166	1.338	(703)	-	-	19.801
Em curso	5.133	13.327	(11.502)	-	-	6.958
	24.299	14.665	(12.205)	-	-	26.759

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até o fim do novo prazo de concessão, ou seja, até 7 de julho de 2045, conforme ICPC01

- (a) Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro em serviço da concessão.
- (b) As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Obras em andamento	493	5.967
Materiais em depósito	913	991
Adiantamento a fornecedores	-	-
	<u>1.406</u>	<u>6.958</u>

Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

14. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017, assim como as transações que influenciaram o resultado do período.

As transações entre a Companhia e seus sócios controladores referem-se exclusivamente a avais, em operações usuais de financiamentos com instituições financeiras.

Consequentemente, não causam nenhum efeito sobre o resultado e a posição financeira da empresa.

Garantias de partes relacionadas

A Companhia tem seus avalistas, os sócios controladores e/ou seus diretores, em montante do passivo para os contratos de financiamento abaixo listados:

Instituição	Posição 31/12/2017	% do aval	Início	Término	Avalistas
Banco do Brasil	859	100	dez/13	Set/24	Netherinvest Participações Ltda e Joaquim Salles Leite Filho
Banrisul	252	100	out/13	fev/20	Joaquim Salles Leite Filho Joaquim Salles Leite Filho, Antonio C. Baldissera, Inês Pastore
Caixa Federal	54	100	set/13	jan/19	Baldissera, Ana Paula Torres, Salles Leite Administração.
Credimoc	56	100	jun/15	set/18	Joaquim Salles Leite Filho
Total	1.221				

15. Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.274	1.899
Celesc Distribuição S/A	2.046	1.061
Iguaçu Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	2.011	2.580
CCEE	-	289
Materiais	74	171
Serviços	141	132
Materiais e Serviços de Imobilizado	445	1.386
	<u>6.991</u>	<u>7.518</u>

16. Empréstimos e financiamentos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
B.N.D.E.S.	607	1.162
Capital de Giro	57	2.628
Luz Para Todos	69	181
FINAME	1.096	1.427
Outras operações	74	271
	<u>1.903</u>	<u>5.669</u>
Parcela de circulante	870	3.488
Parcela de não circulante	1.033	2.181

16.1. Composição e condições pactuadas

Moeda nacional		31/12/2017				
Instituições financeiras / credores	Captação	% - Juros	Índice de correção	Saldo	Circulante	Não Circulante
B.N.D.E.S	1.349	1,00% am	-	608	410	198
Capital de giro	1.819	1,80% am	-	-	-	-
Capital de giro	599	0,45% am	-	57	57	-
Capital de giro	1.476	3,42% aa	-	-	-	-
Luz para todos	249	0,93% am	-	69	40	29
FINAME	208	3,18% aa	Pré-fixado	54	54	-
FINAME	1.005	3,50% aa	Pré-fixado	789	130	659
FINAME	487	0,50% am	CDI	252	111	141
Ouras				74	68	6
				1.903	870	1.033

Moeda nacional		31/12/2016				
Instituições financeiras / credores	Captação	% - Juros	Índice de correção	Saldo	Circulante	Não Circulante
B.N.D.E.S	1.349	1,00% am	-	1.162	565	597
Capital de giro	1.819	1,80% am	-	564	564	-
Capital de giro	599	0,45% am	-	588	588	-
Capital de giro	1.476	3,42% aa	-	1.476	1.476	-
Luz para todos	249	0,93% am	-	181	70	111
FINAME	208	3,18% aa	Pré-fixado	131	30	101
FINAME	1.005	3,50% aa	Pré-fixado	913	72	841
FINAME	487	0,50% am	CDI	383	21	362
Ouras				271	102	169
				5.669	3.488	2.181

16.2. Movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Encargos de Dívidas (líquido dos custos a amortizar):

Moeda nacional e estrangeira						
Instituições financeiras / credores	Saldo inicial	Ingressos	Encargos	Pagamentos/ Baixas de principal	Pagamentos/ Baixas de juros	Saldo final
	31/12/2016					31/12/2017
Empréstimos e financiamentos						
B.N.D.E.S.	1.162	-	140	(552)	(143)	607
Capital de Giro	2.628	-	39	(2.559)	(51)	57
Luz Para Todos	181	-	5	(112)	(5)	69
FINAME	1.427	-	56	(329)	(58)	1.096
Outras operações	271	-	-	(197)	-	74
	5.669	-	240	(3.749)	(257)	1.903

Moeda nacional e estrangeira						
Instituições financeiras / credores	Saldo inicial	Ingressos	Encargos	Pagamentos/ Baixas de principal	Pagamentos/ Baixas de juros	Saldo final
	31/12/2015					31/12/2016
Empréstimos e financiamentos						
B.N.D.E.S.	1.349	949	169	(1.149)	(156)	1.162
Capital de Giro	3.894	213	398	(1.502)	(375)	2.628
Luz Para Todos	249	-	18	(68)	(18)	181
FINAME	1.700	215	101	(286)	(106)	1.624
Outras operações	277	76	26	(280)	(25)	74
	7.469	1.453	712	(3.285)	(680)	5.669

16.3. Composição da parcela do não circulante

Em 31 de dezembro de 2017, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos (em R\$ mil):

Ano	B.N.D.E.S.	Luz Para Todos	FINAME	Outras operações	Total
2019	184	22	241	6	453
2020	14	7	140	-	161
2021	-	-	127	-	127
2022	-	-	127	-	127
2023	-	-	127	-	127
Após 2023	-	-	38	-	38
	198	29	800	6	1.033

16.4. Garantias

As linhas de empréstimos e financiamentos possuem como garantia os próprios bens, cessão fiduciária de recebíveis e aval dos sócios quotistas controladores.

17. Impostos e contribuições a recolher

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ICMS parcelado	9.568	7.481
ICMS mensal	503	-
INSS	256	244
FGTS	102	98
Programa de Integração Social - PIS	97	83
Contribuição para Financ. da Seguridade Social – COFINS	447	385
Contribuição Social s/ Lucro Líquido – CSLL	99	-
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	277	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF de terceiros	9	9
Imposto Sobre Serviço - ISS	4	3
Taxas diversas	-	1
	<u>11.362</u>	<u>8.304</u>

18. Encargos do consumidor a recolher

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	995	514
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	30	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	15	20
Ministério de Minas e Energia - MME	619	10
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (a)	2.397	434
Programa de Eficiência Energética – PEE (a)	51	1.994
Taxa de Fiscalização	8	8
Bandeiras Tarifárias	1.242	216
	<u>5.357</u>	<u>3.196</u>

- (a) Os gastos com P&D e PEE efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, referente à Pesquisa e Desenvolvimento e nº 300/08, referente ao Programa de Eficiência Energética. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos, que são alocados na rubrica Serviços em curso, e são baixados quando da conclusão dos projetos de P&D e PEE.

19. Obrigações estimadas

O valor de R\$ 1.732 (R\$ 1.329 em 31/12/2016), refere-se à provisão de férias, vencidas e a vencer proporcionais, exigíveis na data do balanço, e seus respectivos encargos sociais sobre as provisões, devidos pela Companhia.

20. Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias e contingências

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

a) A composição da provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias e contingências

	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor da provisão	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor da provisão	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Processos judiciais						
Celesc	29.512	29.512	-	27.571	27.571	-
Cemid	2.200	-	2.200	2.200	-	2.200
Cíveis	1.215	-	1.215	1.845	55	1.790
Fiscais	-	-	-	-	-	-
	32.927	29.512	3.415	31.616	27.626	3.990
Circulante	-	-	-	-	-	-
Não circulante	32.927	29.512	3.415	31.616	27.626	3.990
	32.927	29.512	3.415	31.616	27.626	3.990

b) A movimentação dos processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias e contingências

	Saldo inicial	Adição a Provisão	Reversão	Saldo final
	31/12/2016			31/12/2017
Cíveis	1.845	9.219	(9.849)	1.215
	1.845	9.619	(9.849)	1.215

	Saldo inicial 31/12/2015	Adição a Provisão	Reversão	Saldo final 31/12/2016
Cíveis	1.102	6.826	(6.083)	1.845
	1.102	6.826	(6.083)	1.845

Os valores acima não foram considerados com o acréscimo de correção monetária, juros e honorários advocatícios, com exceção do processo da CELESC cujo o valor foi obtido junto a 1ª Vara Cível da Comarca de Xanxerê.

Celesc

Refere-se a discussão judicial referente ao prazo do Contrato de Compra e Venda de Energia elétrica – período de janeiro a julho de 2008.

Cemid

Refere-se ao Processo Judicial nº 98.60.000872-8, que tramita perante a Vara da Justiça Federal em Chapecó, SC, no qual se discute o valor das redes de distribuição de energia elétrica da Cooperativa Mista de Desenvolvimento Regional, Ltda. - CEMID, encampada através da Resolução ANEEL nº 155, de 12.05.98. O referido processo encontra-se no Tribunal Regional da 4ª Região aguardando julgamento.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por reclamações ajuizadas por ex-empregados da Companhia, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, entre outros.

Cíveis

A Companhia possui processos cíveis que tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Regulatórias

Por se tratar de um monopólio natural e ser considerada como serviço essencial, a distribuição de energia elétrica possui uma rígida regulamentação e fiscalização, ambas realizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A empresa discute processo referente a questões técnicas e administrativas em divergência com a análise da Agência. Atualmente, a Companhia possui 02 processos em tramitação na ANEEL que totalizam R\$ 318 mil.

21. Outras contas a pagar

	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Contribuição de iluminação pública	254	-	309	-
Ajustes de faturamento	70	-	33	-
Multa por atraso na entrega da DACON	42	-	43	-
Aluguéis	70	-	28	-
Contribuições financeiras	15	-	10	-
Seguros de veículos	-	-	19	-
Multas e juros do ICMS parcelado	173	-	284	-
Transferência de crédito de ICMS	38	-	38	-
Bônus de Itaipu recebidos da Eletrobrás	4	-	4	-
Outros	4	-	78	-
Retenção de quotas da Reserva Global de Reversão – RGR	-	29	-	32
	670	29	846	32

Contribuições financeiras - cobradas nas contas de energia elétrica, que de acordo com os contratos firmados serão repassados a diversas entidades.

Ajustes de faturamento - é composto de pagamentos efetuados em duplicidade, compensação de DIC/FIC, DIC/FIC/DMIC, etc., os quais são repassados aos consumidores através do faturamento.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 6.388 (R\$ 5.888 em 31 de dezembro de 2016), representado por 23.934 quotas, cuja composição por quotista é a seguinte:

Quotistas	Quotas	%
Netherinvest Participações Ltda.	15.539	64,92%
Joaquim Salles Leite Filho	6.186	25,85%
Outros	2.209	9,23%
	23.934	100,00%

b) Reserva de Lucros

A reserva apresentada refere-se a decisão em ATA da AGO/AGE datada de 14/09/2005, devido a Lei 10.848 de 15/04/2014 que determinava a segregação da Atividade de Distribuição de Energia Elétrica, que resultou na redução do Capital Social com quotas que se encontravam em tesouraria. A referida segregação de atividade foi homologada através da Resolução Homologatória nº 1034 de 27/07/2010. A reserva de Lucros poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

23. Receita operacional

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecimento de energia	92.941	96.232
Receita de construção (a)	4.808	5.863
Outras receitas (b)	15.482	9.817
	<u>113.231</u>	<u>111.912</u>
<u>Tributos sobre a receita operacional bruta</u>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	(23.113)	(23.475)
Programa de integração social – PIS	(2.266)	(1.920)
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	(7.231)	(8.858)
Imposto sobre serviços - ISS	(56)	(34)
<u>Encargos regulamentares da concessão</u>		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(147)	(118)
Programa de eficiência energética -PEE	(367)	(295)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(5.051)	(14.305)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(97)	(90)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	(147)	(118)
Ministério de Minas e Energia – MME	(73)	(59)
Bandeiras Tarifárias	(4.095)	(2.180)
Demais Ativos e Passivos Financeiros - Neutralidade	4.643	(576)
	<u>(38.000)</u>	<u>(52.028)</u>
Receita operacional líquida	<u>75.231</u>	<u>59.884</u>

- (a) A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

(b) Os saldos de Outras Receitas são compostos por:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Serviço Taxado	270	298
Serviços de administração, faturamento e arrecadação de convênios e serviços solicitados pelo consumidor	1.016	643
Encargos do uso de conexão da rede elétrica	(478)	(38)
EUSD - Consumidores Livres	13.421	8.462
Aluguel de postes	1.078	303
Subvenções vinculadas ao serviço concedido - Baixa renda	175	149
	<u>15.482</u>	<u>9.817</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

	<u>Nº de consumidores</u> <u>(valores não auditados)</u>		<u>MWh</u> <u>(valores não auditados)</u>		<u>R\$</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Residencial	25.570	24.971	57.409	56.350	24.156	24.127
Industrial	1.017	898	30.797	107.994	18.480	21.789
Comercial, Serviços	4.048	3.976	39.130	37.001	15.943	15.426
Rural	4.618	4.636	34.836	32.423	10.801	10.179
Poder Público	418	426	4.965	5.385	2.153	2.381
Iluminação Pública	7	7	9.853	9.807	2.372	2.357
Serviço Público	35	30	4.330	4.266	1.355	1.329
(-) Exc. demanda (c)	-	-	-	-	(1.373)	(682)
Subtotal	<u>35.713</u>	<u>34.944</u>	<u>181.320</u>	<u>253.226</u>	<u>73.887</u>	<u>76.906</u>
ICMS Faturado	-	-	-	-	23.114	23.500
PIS Faturado	-	-	-	-	1.694	1.916
COFINS Faturado	-	-	-	-	7.803	8.837
Fornec. não faturado	-	-	-	-	527	834
	<u>35.713</u>	<u>34.944</u>	<u>181.320</u>	<u>253.226</u>	<u>107.025</u>	<u>111.993</u>

(c) *Receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos*

O Despacho de Encerramento nº 4.991, de 29 de dezembro de 2011, estabeleceu procedimentos contábeis para elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício de 2011. Dentre os assuntos abordados no documento

estão as receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos. As orientações contidas no Despacho baseiam-se na metodologia aprovada para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária, especificamente em relação ao Sub-módulo 2.7 Outras Receitas, homologado pela Resolução nº 463, de 22 de novembro de 2011. De acordo com a metodologia as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, deverão ser contabilizadas como Obrigações Especiais.

24. Custos do serviço e despesas operacionais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Energia elétrica comprada para revenda (e)	27.664	11.595
Custo de construção	4.809	5.863
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	18.794	20.268
Pessoal (a)	13.518	12.933
Material (b)	1.276	1.455
Serviços de terceiros (c)	2.800	3.385
Depreciação e amortização	1.628	1.338
Arrendamentos e aluguéis (d)	738	731
Outros (f)	518	368
	<u>71.745</u>	<u>57.936</u>

a) Pessoal

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Remunerações	10.772	10.137
Encargos sociais	3.763	3.579
Auxílio alimentação	282	276
Convênio assistencial e outros benefícios	477	553
(-) Transferências para imobilizações em curso	(1.776)	(1.612)
	<u>13.518</u>	<u>12.933</u>

b) Materiais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Manutenção do Sistema Elétrico e Equipamentos	923	1.026
Reparos, limpeza e uniformes e ferramentas	198	190
Peças, Acessórios e Combustível para Veículos	767	787
Material de Expediente	78	62
(-) Transferências para Contas Patrimoniais	(690)	(610)
	<u>1.276</u>	<u>1.455</u>

c) Serviços de terceiros

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Consultoria e auditoria	234	213
Manutenção do sistema elétrico e equipamentos	551	1.086
Entrega de faturas e documentos	34	23
Limpeza, conservação de prédios e segurança	32	66
Conserto e conservação de veículos	172	170
Processamento de dados	737	912
Comunicação, correios, reprografias e publicidades	516	406
Fretes, passagens, hospedagem e alimentação	103	138
Progr. de controle médico da saúde ocupacional	42	54
Formação profissional de empregados	21	13
Honorários advocatícios	487	444
(-) Transferências para contas patrimoniais	(129)	(140)
	<u>2.800</u>	<u>3.385</u>

d) Arrendamentos e aluguéis

Valor de R\$ 738 em 2017 (R\$ 731 em 2016) compreende ao contrato de locação com a empresa Dimetal Distribuidora de Produtos Metalúrgicos Ltda., de imóveis urbanos situados na cidade de Xanxerê - SC, com prazo de 36 meses a partir de 01/12/2015, reajustados pelo IGPM, com anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 876 de 26/03/2013.

e) Energia elétrica comprada para revenda

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, está sendo somado junto com a energia elétrica comprada para revenda, de acordo com o que determina o Ofício Circular Nº 2.775/2008-SFF/ANEEL de 24/12/2008.

Empresa	MWh (valores não auditados)		Uso do sistema de distribuição			
	31/12/2017	31/12/2016	CUSD – 2017		CUSD – 2016	
			Ponta	F. Ponta	Ponta	F. Ponta
Celesc Distribuição S/A	-	-	467.149	545.270	468.276	525.855
Iguaçu Comerc. de Energia Elétrica	114.065	134.290	-	-	-	-
ITAIPÚ	54.267	56.704	-	-	-	-
PROINFA	5.064	4.526	-	-	-	-
Outras Fontes de Energia	42.947	27.817	-	-	-	-
Total	<u>216.343</u>	<u>223.337</u>	<u>467.149</u>	<u>545.270</u>	<u>468.276</u>	<u>525.855</u>

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

f) Outras despesas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Seguros	35	20
Tributos e contribuições Municipais, Estaduais e Federais e taxas diversas	69	132
Doações, contribuições e subvenções	121	85
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	21	27
Recuperação de despesas e recuperação de materiais de manutenção aplicados na rede de distribuição de energia (a)	(208)	(1.893)
Provisão para causas cíveis	51	493
Provisão para causas trabalhistas	(680)	250
Consumo próprio de energia elétrica	42	48
Assinaturas de livros, revistas e informativos fiscais	7	3
Pesquisa da satisfação do consumidor	-	-
Danos elétricos pagos aos consumidores	131	139
Conselho de Consumidores	2	12
Desativação de redes	328	416
Outras despesas	599	636
	<u>518</u>	<u>368</u>

- (a) Recuperação de despesas e recuperação de materiais de manutenção aplicados na rede de distribuição de energia, que não constitui uma Unidade de Cadastro - UC, conforme determina o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Portaria DNAEE n.º 815 de 30 de novembro de 1994.

25. Resultado financeiro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Acréscimo moratório de venda de energia	659	705
Variações monetárias	540	291
Outras receitas	162	265
	<u>1.361</u>	<u>1.261</u>
Variações monetárias	(903)	(1.031)
Encargos de dívidas	(40)	(319)
Juros passivos	(1.167)	(1.499)
Total	<u>(2.110)</u>	<u>(2.849)</u>
Varição Cambial – Receita	103	210
Varição Cambial - Despesa	(303)	(614)
Total	<u>(200)</u>	<u>(404)</u>
Total Líquido	<u><u>(949)</u></u>	<u><u>(1.992)</u></u>

26. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão reconhecidos, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

a) Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo não circulante	2.064	2.644
Passivo não circulante	(3.464)	(3.816)

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável:

	<u>Balanco Patrimonial</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão para processos judiciais e outros	1.155	1.254	100	(56)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	91	84	(7)	(8)
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	818	1.306	488	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	-	(1)
Equilíbrio Redução da Tarifa e Subvenção CDE	(338)	(691)	(353)	(258)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	228	(323)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	<u>1.726</u>	<u>1.953</u>		

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

<u>Ano</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2018	210	(12)
2019	594	721
2020	594	721
2021	164	261
2022	164	261
	<u>1.726</u>	<u>1.953</u>

A Companhia submeteu para aprovação o estudo técnico de viabilidade de realização dos créditos tributários. As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

b) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)	2.537	2.537	(44)	(44)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	634	228	11	4
Adições/Exclusões:				
_ Provisão para contingências	(157)	(57)	(41)	(15)
_ Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5	2	(6)	(2)
_ Outras	-	-	1	-
Compensações de créditos acumulados	-	-	-	-
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	(152)	(55)	(46)	(17)
Ativo fiscal diferido	(85)	(30)	(237)	(86)
	(322)		(386)	

27. Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo às devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de

variações de taxas de juros ou câmbio. O critério de avaliação é pelo valor justo e por meio do resultado:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.930	2.930	396	396
Contas a receber de clientes	18.464	18.464	10.292	10.292
Depósitos judiciais	29.531	29.531	27.626	27.626
Ativo financeiro da concessão	(25.090)	(25.090)	(14.107)	(14.107)
	25.835	25.835	24.207	24.207
Passivos financeiros				
Fornecedores	6.991	6.991	6.656	6.656
Empréstimos e financiamentos	1.903	1.903	5.669	5.669
	8.894	8.894	12.325	12.325

a. Política de utilização de derivativos

A Companhia utiliza operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras.

b. Valor justo dos ativos financeiros

Os saldos contábeis compreendem aos valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e não saldos que apresentem diferenças entre o valor contábil e de mercado dos ativos e passivos:

- **Investimentos de curto prazo** – são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.
- **Contas a receber de clientes** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Ativo financeiro de concessão** – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. A hierarquia de valor justo do ativo financeiro de concessão é 2.
- **Fornecedores** – decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** – os empréstimos e financiamentos tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.

- **Derivativos** – são classificados como instrumentos derivativos e têm como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexados ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

d. Fatores de risco

- **Risco de crédito** - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia, a Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.
- **Risco de liquidez** - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota nº 18. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.
- **Riscos de mercado** – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas ou taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado serão renegociados.
- **Risco Cambial** – Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente não há exposição ao câmbio em sua dívida.

- **Risco de vencimento antecipado** - A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos que requerem o cumprimento de covenants.
- **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros** - As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia.
- **Risco de Escassez de Energia** - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita, mas não comprometeria o resultado da empresa na mesma proporção.

e. Gestão do capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazos dos financiamentos contratados.

28. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

Energia Contratada	Vigência	2017	2018	2019	2020	Após 2020
Icomerc	2014 a 2032	353.160	376.680	394.200	420.480	438.000

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCVEE, e foram homologados pela ANEEL.

Adicionalmente, a Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

28.1 – Eventos Subsequentes

O contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado entre Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda e Iguaçu Comercializadora de Energia Elétrica Ltda, firmado em 16 de junho de 2011 com vigência de 1º de agosto de 2011 a 31 de julho de 2035, ficará CEDIDO a empresa Focus Energia Ltda a partir de 1º de janeiro de 2018 mantendo a vigência até 31 de julho de 2035. O referido Termo de Cessão do contrato de compra e venda de energia elétrica deverá ter a devida anuência aprovada através de Despacho pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

29. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Ramo do Seguro	Vencimento das Apólices	Importância Segurada	Prêmio Total
Veículos (a)	20/08/2018	100% Fipe	41

(a) 37 veículos próprios segurados, conforme apólices.

30. Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais 25 e 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade e as Normas Contábeis adotadas no Brasil, a Companhia reverteu em 2010 integralmente os saldos dos ativos e passivos regulatórios.

A partir de 15 de dezembro de 2015, com a assinatura do aditivo ao contrato de concessão da Companhia, o qual visou eliminar possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas da CVA e de outros componentes financeiros e com base no OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos Relatórios Contábil-financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

Caso os ativos e passivos regulatórios não tivessem sido revertidos, a Companhia teria registrado em suas demonstrações contábeis de 2015 os seguintes saldos de ativos e passivos regulatórios, bem como, que os saldos registrados em 31 de dezembro de 2017 são a seguir apresentados:

Ativo	2017		2016	
	DELTA	SELIC	DELTA	SELIC
Reajuste tarifário de 2016 em compensação				
Programa de incent.a fontes alternativas de energia-CVA Proinfa	53	3	247	9
Custos de energia elétrica comprada para revenda - CVA energ.	-	-	87	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu Binacional	17	1	14	1
Transporte de energia pela rede básica	21	2	26	1
	91	6	374	11
Varição capturada para reajuste tarifário em 2017				
Custos de energia elétrica comprada para revenda - CVA energ.	5.736	402	-	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu Binacional	179	15	12	2
Transporte de energia pela rede básica	37	3	26	3
	5.952	420	38	5
	6.043	426	413	16

Passivo	2017		2016	
	DELTA	SELIC	DELTA	SELIC
Reajuste tarifário de 2016 em compensação				
Conta de desenvolvimento energético - CVA CDE	1.034	76	154	7
Custos de energia elétrica comprada para revenda - CVA energ.	145	18	-	-
Encargo de uso do sistema - CVA ESS	1.633	102	331	15
	2.812	196	485	22
Varição capturada para reajuste tarifário em 2017				
Encargo de uso do sistema - CVA ESS	437	39	904	122
Progr.de incentivo a fontes alternativas de energia-CVA Proinfa	6	-	-	-
Custos de energia elétrica comprada para revenda - CVA energ.	-	-	323	44
Encargo de uso do sistema - CVA ESS	1.950	146	233	19
Neutralidade da Parcela A	1.004	-	634	-
Devoluções Tarifárias – Receitas de Ultrapassagem	1.370	-	-	-
	4.767	185	2.094	185
	7.579	381	2.579	207

31. Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR

Em consonância com a Resolução Normativa nº 605 da ANEEL publicada em 11 de março de 2014, a Companhia divulgará as suas Demonstrações Contábeis Regulatórias - “DCR”, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 até 30 de abril de 2018 no seguinte sítio www.ienergia.com.br.

Diretoria Executiva

Joaquim Salles Leite Filho
Diretor Presidente

Ana Paula Torres
Diretora

Antonio Claudio Baldissera
Diretor

Wagner Luiz Teles
Contador
CRC 1SC16365
CPF 607.476.769-68

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO 2017 SOCIETÁRIO

1 – MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

1.1 – SENHORES QUOTISTAS

A Administração da Iguazu Energia tem a satisfação de submeter à apreciação de todos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social, findo em 31 de dezembro de 2017.

O presente relatório demonstra um extrato das principais atividades desenvolvidas no ano de 2017, a capacidade técnica e administrativa da empresa, o valor de seu acervo e de seu quadro de pessoal, empreendendo esforços para garantir um fornecimento de energia elétrica, seguro e confiável, com índices de qualidade satisfatórios, mantendo uma política administrativa de austeridade.

1.2 – SISTEMA DA GARANTIA DA QUALIDADE

No ano de 2017 a Iguazu Energia manteve sua política da qualidade e aprimoramento da mesma, buscando sempre o apoio e valorizando as sugestões dos seus colaboradores, tendo como prioridade sua divulgação e a satisfação de seus clientes.

Foi através do esforço, dedicação e rapidez no atendimento aos nossos consumidores, que conseguimos alcançar êxito.

1.2.1 – DAS CONCESSÕES

Em 28 de Junho de 1999 a Hidrelétrica Xanxerê Ltda, hoje Iguazu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda, assinou o Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica Nº 50/99, que regulamenta a exploração dos Serviços de Distribuição de Energia Elétrica. A referida Concessão e o Contrato têm prazo de vigência até 07 de julho de 2015, que poderá ser prorrogado, desde que solicitado com antecedência de 36 meses, o que ocorreu.

Entretanto, em razão de legislação superveniente (MP 579/12) aderiu-se, às suas disposições e consequentemente, seu pedido de prorrogação da concessão pelo prazo de até 30 anos assegurado, a partir de julho de 2015. As condições da prorrogação só serão conhecidas quando o Poder Concedente divulgar a minuta do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

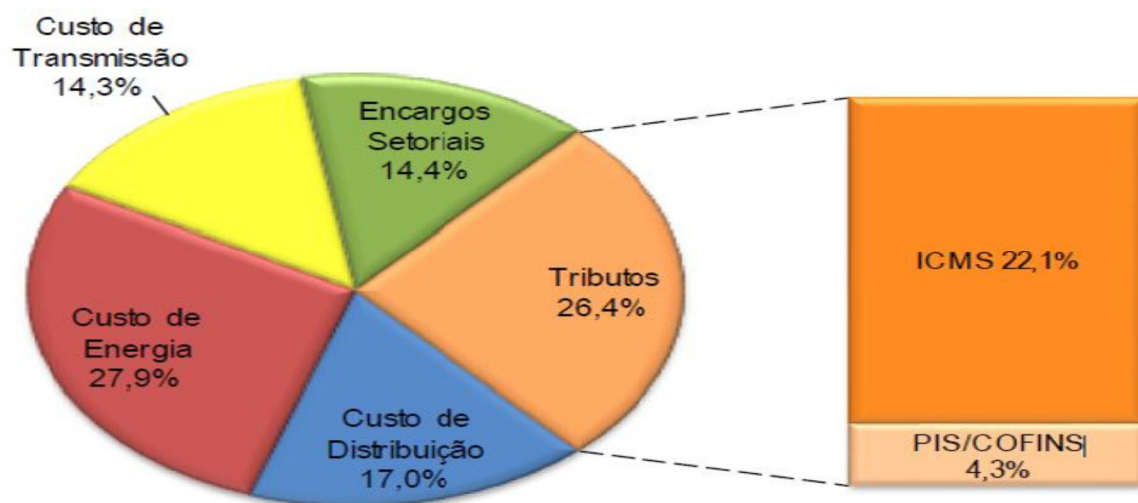
A redução das tarifas em função da MP nº 579 não se espera que possa trazer impactos relevantes para o segmento de distribuição, tendo em vista que as alterações não gerenciáveis pela empresa, tais como, transporte de energia, encargos setoriais que são totalmente repassados aos consumidores por meio da tarifa.

1.3 – TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA

O Contrato de Concessão da Iguaçu Energia estabelece um reajuste anual para as tarifas de energia elétrica da empresa e a revisão nas tarifas, a cada 04 anos. A partir do dia 29 de agosto de 2017, através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.296 de 29 de agosto de 2017, as tarifas de fornecimento de energia elétrica da **IGUAÇU ENERGIA**, foram reajustadas pelo índice de reajuste tarifário anual médio de 7,17 (sete vírgula sete por cento), sendo a percepção média pelos consumidores conectados em alta tensão (AT) de 7,31% e pelos consumidores de baixa tensão (BT) de 7,10%.

1.3.1 – COMPOSIÇÃO DA TARIFA DE ENERGIA

A tabela abaixo demonstra a participação de cada segmento na composição da receita da Iguaçu Energia, ou seja, quanto de cada conta de energia elétrica se destina aos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aí inclusos os custos de operação e manutenção (O&M), a depreciação dos ativos e a remuneração do capital investido, bem como se destina ao pagamento dos encargos setoriais e dos tributos. Apenas os tributos incidentes diretamente sobre o valor faturado pela concessionária foram considerados, tendo sido utilizados médias nominais de **22,10%** para o ICMS, de **4,30%** para o PIS e COFINS, totalizando estes tributos um cálculo por dentro de **32,90%**, incidentes sobre a fatura contendo os tributos em sua base de cálculo, conforme estabelecido na legislação pertinente.



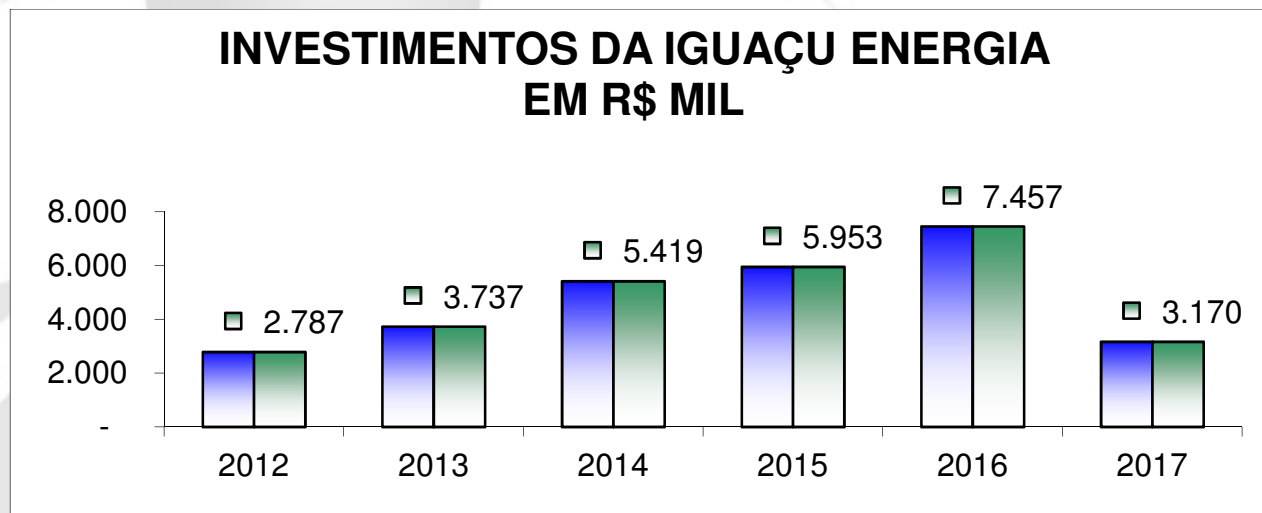
27,9 %	Custo de Energia
14,3 %	Custo de Transmissão
17,0 %	Custo de Distribuição - É gasto com pagamento do salários, encargos sociais, plano de saúde para os empregados, manutenção de redes e subestação de distribuição, investimentos em novas redes de distribuição, novas tecnologias, pesquisa e desenvolvimento, eficiência energética, infra-estrutura, programas sociais, treinamentos, pagamentos de impostos e remuneração dos investimentos.
14,4 %	Encargos Setoriais
22,1 %	ICMS
4,3 %	PIS / COFINS

1.4 - OBRAS NO SISTEMA ELÉTRICO

No ano de 2017, a Iguaçu Energia executou as obras de maior prioridade, atendendo as solicitações do mercado bem como os trabalhos de manutenção preventiva do sistema elétrico. A Iguaçu Energia executou seu programa de obras atendendo plenamente as solicitações do mercado de energia elétrica, realizando investimentos de R\$ 3.170.069,69 proporcionando um fornecimento de energia elétrica em condições técnicas excelentes com elevados padrões de qualidade, confiabilidade e segurança, nos municípios de sua área de concessão, apesar da redução que a ANEEL está obrigando a empresa a fazer, tanto na quantidade de pessoas quanto na quantidade de veículos.

Os investimentos aplicados em 2017 que totalizaram o valor de R\$ 3.170.069,69 foram imobilizados nas áreas a seguir:

Linhas e Redes	R\$:	2.619.429,22
Linhas e Redes Programa Luz para Todos	R\$:	0,00
Veículos	R\$:	55.104,44
Medidores	R\$:	463.235,07
Tecnologia da Informação e Comunicação	R\$:	0,00
Outros	R\$:	32.300,96
Total	R\$:	3.170.069,69



1.5 - BASE DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA

As Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia elétrica estão apresentadas como redução do ativo imobilizado, de acordo com o item 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001.

Representam os valores da União, Estados e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O Despacho de encerramento nº 4.991, de 29 de dezembro de 2011, estabeleceu procedimentos contábeis para a elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis Regulatórias do Exercício de 2011. Dentre os assuntos abordados no documento estão as receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos. As orientações contidas no Despacho baseiam-se na metodologia aprovada para o 3º ciclo de Revisão tarifária, especificamente em relação ao Submódulo 2.7 Outras Receitas, homologado pela Resolução nº 463, de 22 de novembro de 2011. De acordo com a metodologia as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, deverão ser contabilizadas como Obrigações Especiais. O Despacho 4.991/2012 estabeleceu que os valores fossem transferidos para as Obrigações Especiais a partir da revisão tarifária do 3º ciclo. A Resolução 457/2011 estabeleceu no subitem 3.1.1. Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo do Submódulo 2.7 Outras Receitas do PRORET que: “ As Receitas Auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, **a partir da data contratual de revisão tarifária referente ao 3CRPT (terceiro Ciclo de Revisão Tarifária Periódica)**, deverão ser contabilizadas como Obrigações Especiais, em subconta específica que não será amortizada”. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para a concessão de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

1.6 – UNIVERSALIZAÇÃO

A Iguaçu Energia vem executando em sua área de concessão o Programa de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “Luz para Todos” direcionado especificamente para consumidores de baixa renda localizados na área rural e área indígena. Este programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela ELETROBRÁS, tendo como objetivo promover a melhoria das condições socioeconômicas das áreas rurais do país. O Projeto estimado é para atendimento de 1.577 domicílios, sendo que até 31 de dezembro de 2017 já foram atendidos 1.470 domicílios.

1.7 - DISTRIBUIÇÃO, LINHAS E REDES:

A posição no Sistema de Distribuição de Energia Elétrica em 2017 é a seguinte:

TOTAL			
MATERIAIS	ÁREA URBANA	ÁREA RURAL	TOTAL
Postes	12.698	16.814	29.512
Extensão RD (Km)	471,50	1.530,41	2.001,91
Trafos (Potência) Kva	57.260,00	47.682,50	104.942,50
Quantidade de Trafos	731	2.257	2.988

1.8 - MEDIÇÃO

No ano de 2017 foram adquiridos 1.852 medidores. Estes materiais proporcionaram manter o sistema elétrico com boa qualidade técnica e, enfrentar o crescimento social e econômico atendendo a todas exigências do mercado de energia elétrica na área de concessão da Iguazu Energia.

2 - DIRETRIZES TÉCNICAS

2.1 - Aprimorar a prestação do serviço público de energia elétrica em quantidade e qualidade requeridas pelo mercado.

2.2 - Promover o desenvolvimento e progresso dos municípios de sua área de concessão.

2.3 - Promover a constante valorização dos recursos humanos.

2.4 - Capacitar a Iguazu Energia para enfrentar as dificuldades provenientes da escassez de energia elétrica prevista para os próximos anos.

2.5 - Participar ativamente da sociedade, estreitando os laços de amizade na comunidade, elevando a imagem da Iguazu Energia.

3 - QUALIDADE DA ENERGIA ELÉTRICA

O índice F E C - Frequência de Interrupção por Consumidor - exprime o número de interrupções que, em média, ocorreram em cada unidade consumidora durante o ano.

O índice D E C - Duração de Interrupções por Consumidor - exprime o espaço de tempo (horas) que, em média, cada unidade consumidora ficou sem energia elétrica durante o ano.

APRESENTAMOS A SEGUIR OS ÍNDICES DEC E FEC DA EMPRESA:

ÍNDICES	2013		2014		2015		2016		2017	
	DEC	FEC	DEC	FEC	DEC	FDEC	DEC	FEC	DEC	FEC
Iguazu Energia	15,89	14,55	15,70	9,99	9,99	20,56	15,70	20,81	11,12	9,38

Em 2017, a ANEEL estabeleceu as metas para a Iguazu Energia de DEC= 11 e FEC = 10.

Diversas ocorrências de origem externa contribuíram para que não pudéssemos cumprir as metas estabelecidas.

Incidências de vegetação na rede devidos aos plantios de árvores próximas.

Temporais na região que ocasionaram desligamentos gerais e isolados.

Em 2017 o Centro de Teleatendimento - CTA, da Iguazu Energia, proporcionou atendimento ao consumidor durante as 24 horas do dia, manteve um bom desempenho registrando 27.884 atendimentos (informações, reclamações e serviços).

Este Centro comanda e supervisiona todas as operações da distribuição da área de concessão da Iguazu Energia, especialmente nas manutenções de emergências, conseguindo uma grande redução no tempo de correção do defeito com maior qualidade e segurança.

O Tempo Médio de Atendimento de Ocorrências = TMA que afere o tempo médio despendido para restabelecer o fornecimento de energia elétrica aos consumidores, apresentou os seguintes tempos:

Intervalo de tempo (minutos)	Nº de ocorrências
131,34	4.528

Destacamos que a Iguazu Energia alcançou um fornecimento de energia elétrica com qualidade e segurança, devido aos investimentos efetuados no ano de 2017, e a busca constante da qualidade de atendimento.

Em continuidade ao aperfeiçoamento do Centro de Operação da Distribuição – COD a IGUAÇU ENERGIA conta com o sistema MIG da empresa USEALL. O MIG é um sistema desenvolvido para suportar todos os processos de redes de distribuição de energia elétrica incluindo o planejamento, projeto, construção e operação e vem dando uma nova dimensão ao atendimento técnico com as seguintes funções principais:

- Determinação do provável ponto de defeito ou falha na rede elétrica.
- Call Center Técnico.
- Visualização das áreas sem energia no sistema elétrico.
- Localização automática dos consumidores com imediata visualização. DEC/FEC - índices, de qualidade e confiabilidade.
- Cálculos elétricos da rede primária.
- Integração com o Sistema de Controle Patrimonial, visando o perfeito controle e apresentação do Relatório de Controle Patrimonial – RCP.

3.1 -SISTEMA INTERLIGADO

A Iguazu Energia recebe a energia elétrica gerada pelo sistema interligado, estando conectada eletricamente aos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, formando a Região Sul. No Estado de Santa Catarina o município de Xanxerê é privilegiado, pois é onde se localiza um dos mais fortes pontos de conexão entre o sistema de distribuição com o sistema de transmissão interligado. A maior parte da energia elétrica fornecida para a região Oeste de Santa Catarina é transmitida a partir de Xanxerê.

3.2 - MEDIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

3.2.1 - COMBATE AS IRREGULARIDADES NA MEDIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Sempre mantendo o foco no combate as irregularidades, em 2017, foram encontradas apenas 12 ocorrências que representavam furto de energia.

3.2.2 - AFERIÇÃO DE MEDIDORES

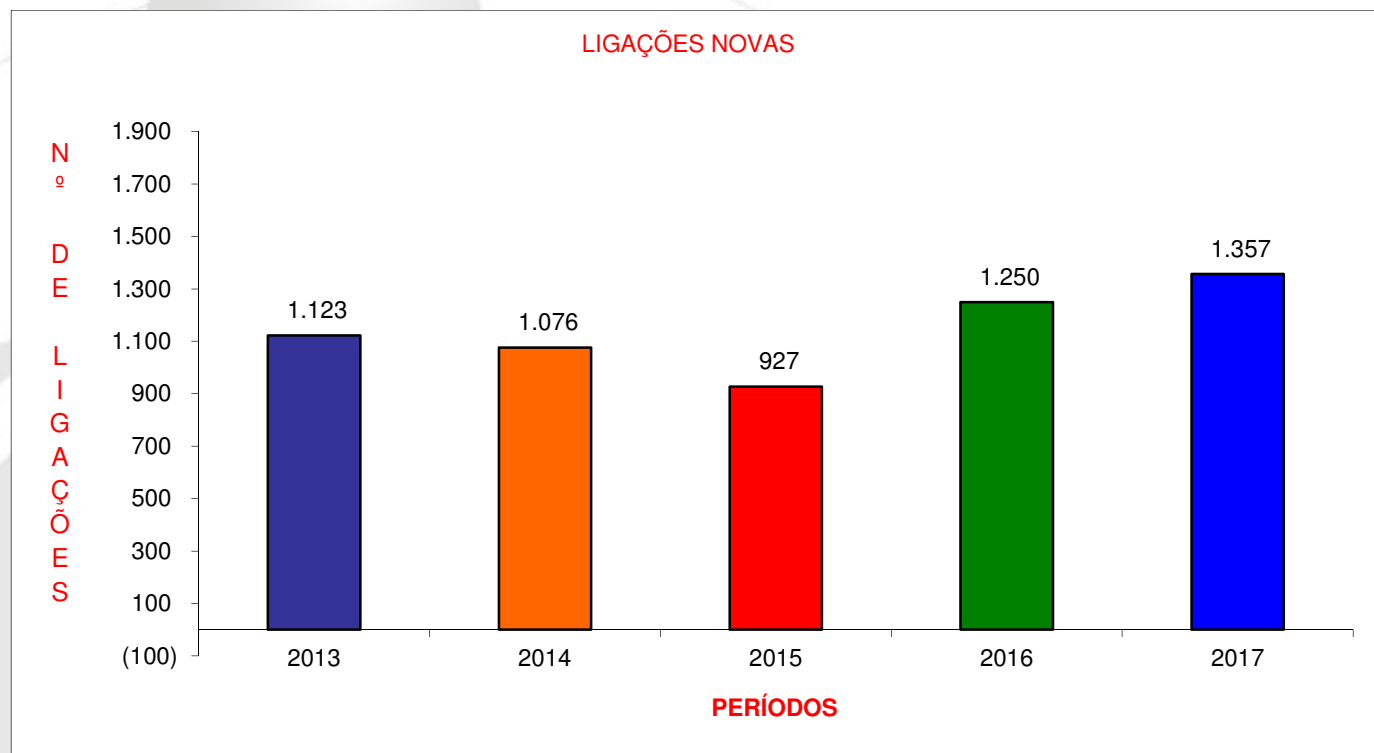
Em 2017 foram aferidos 3.954 Medidores de Energia Elétrica, buscando o acompanhamento e monitoramento das medições efetuadas na área de concessão da Iguazu Energia.

3.2.3 - VISTORIAS DE UNIDADES CONSUMIDORAS

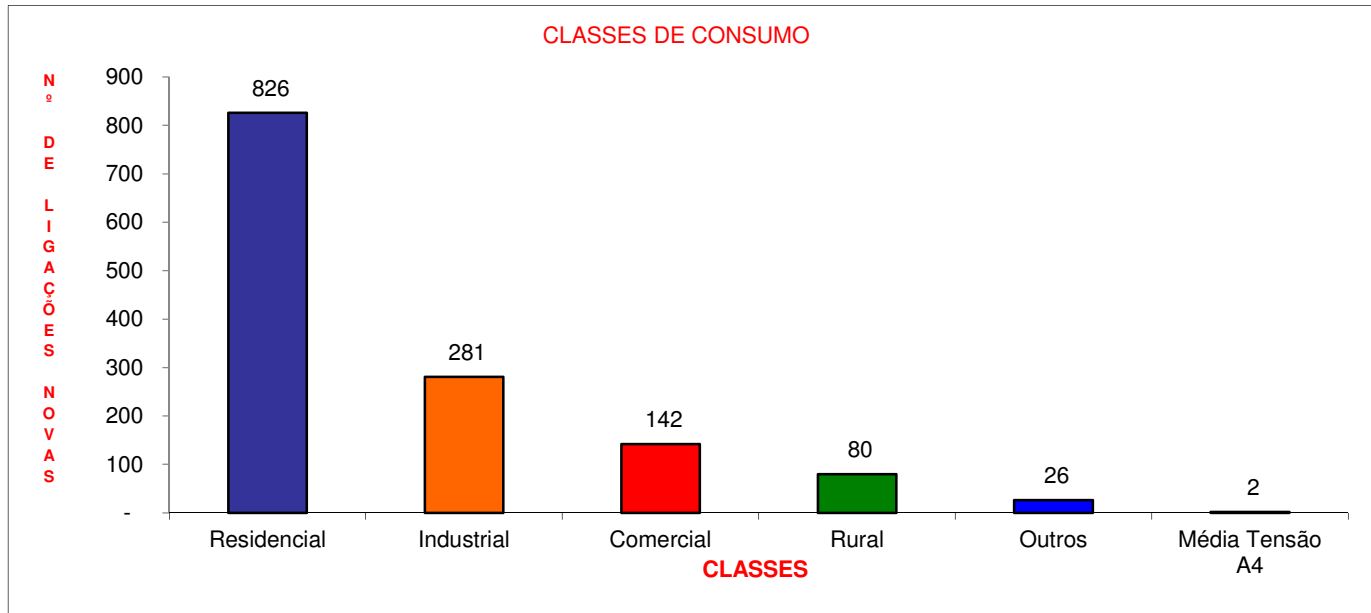
Em 2017 foram vistoriadas 1.936 unidades consumidoras, sendo ligações novas, reformas, alteração de fases e também unidades consumidoras já energizadas.

3.2.4 – LIGAÇÕES NOVAS

A IGUAÇU ENERGIA, durante o ano de 2017, energizou 826 unidades consumidoras classificadas como residencial, 281 unidades na classe industrial, 142 ligações classificadas como comercial, 80 ligações rurais, 25 unidades cadastradas como poder público, 1 unidade como serviço público e não foram energizadas unidades consumidoras na classificação consumo próprio, totalizando 1.355 ligações novas no grupo baixa tensão. Foram energizadas também 2 unidades consumidoras na classe Média Tensão. Sendo assim, em 2017 foram energizadas 1.357 unidades consumidoras.

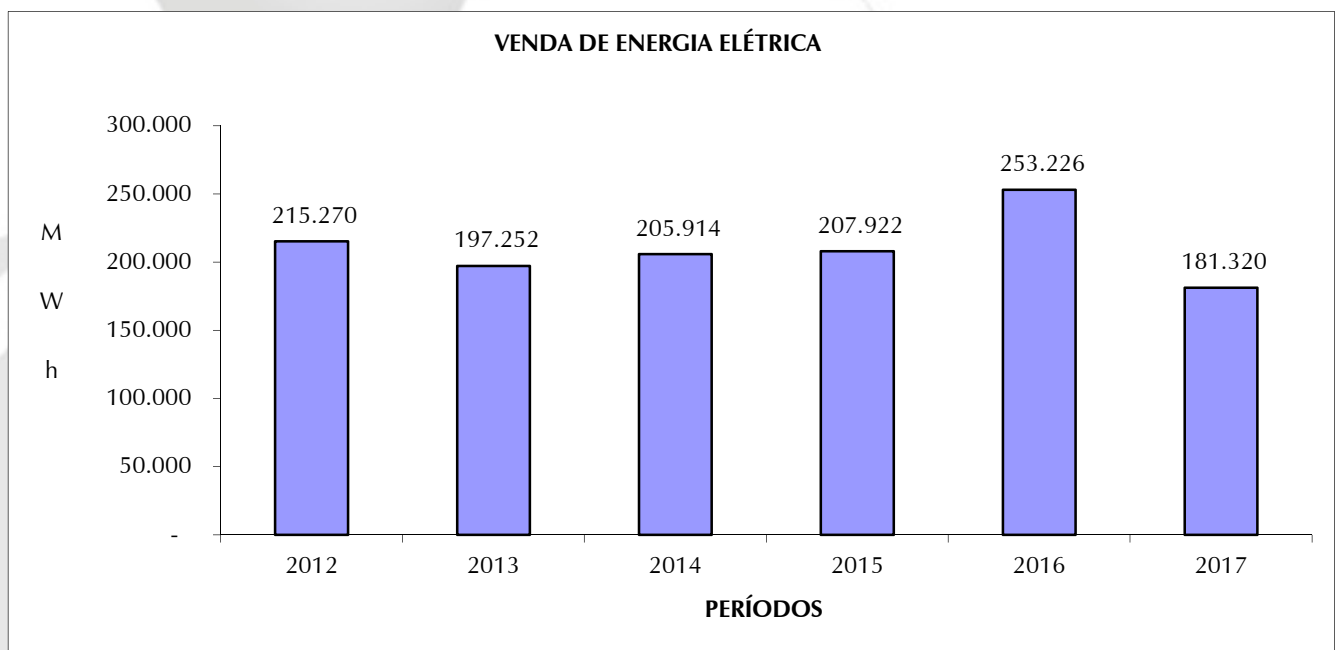


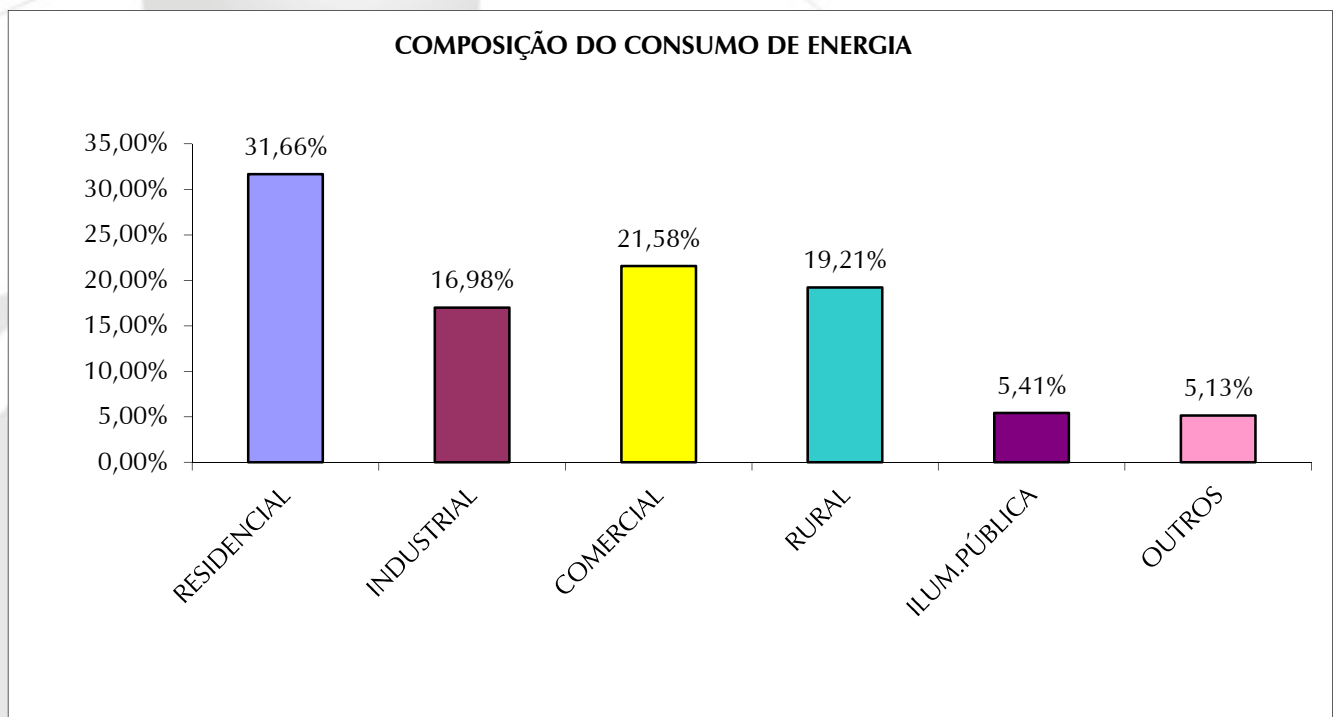
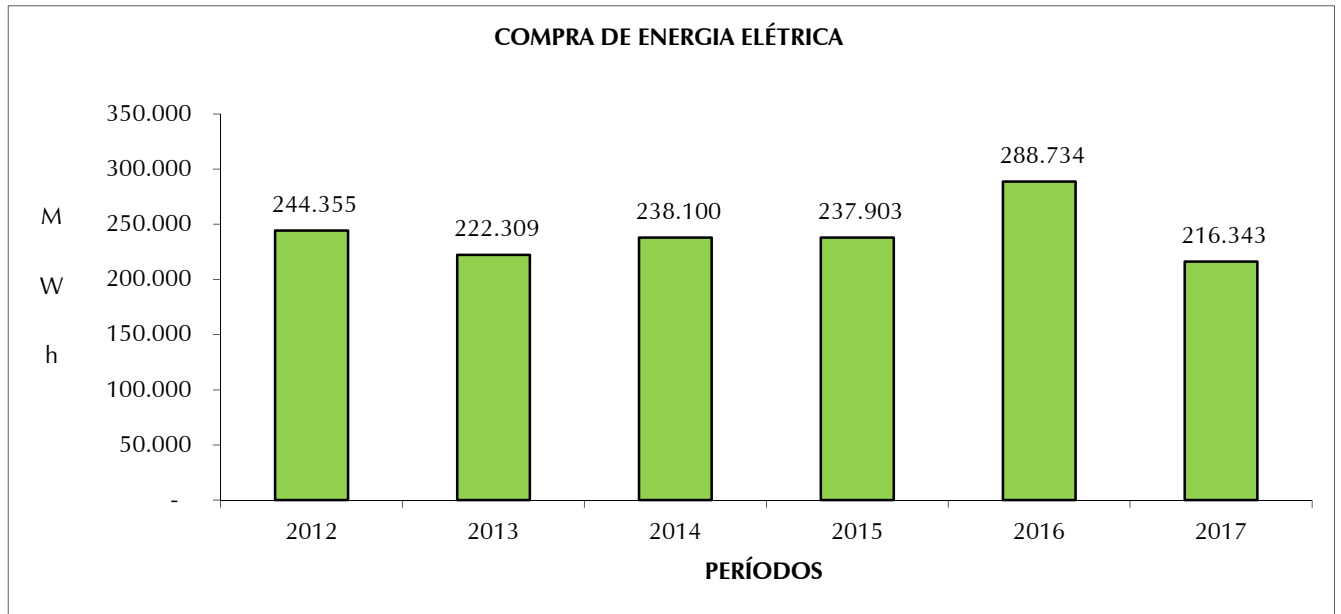
As ligações novas efetuadas no ano de 2017 estão distribuídas em todas as classes com o seguinte perfil:



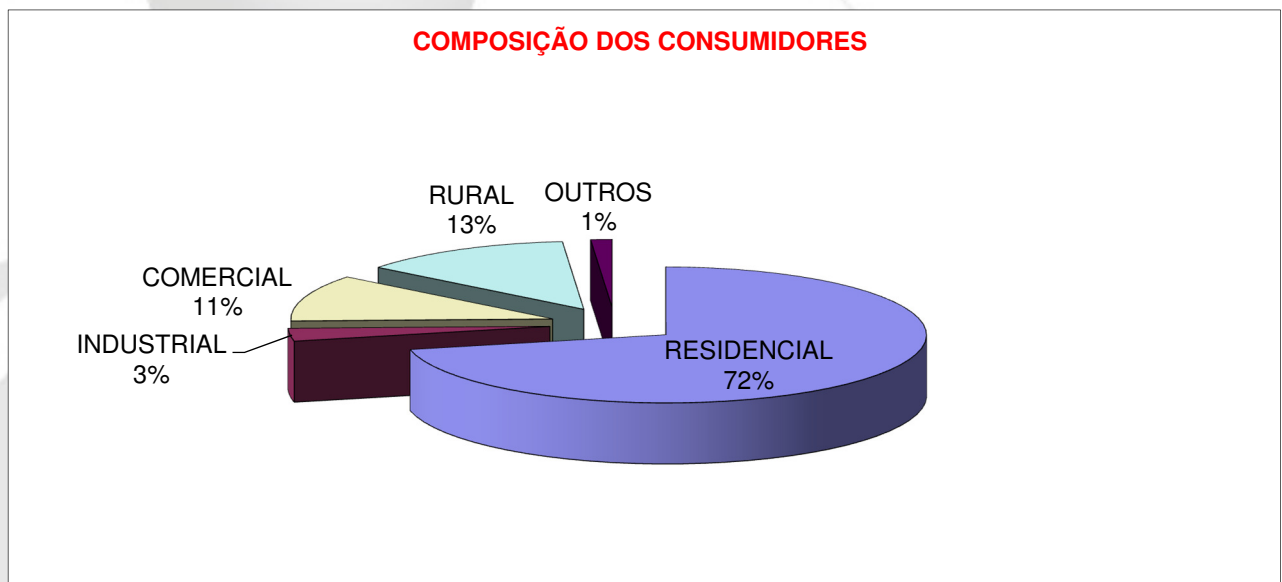
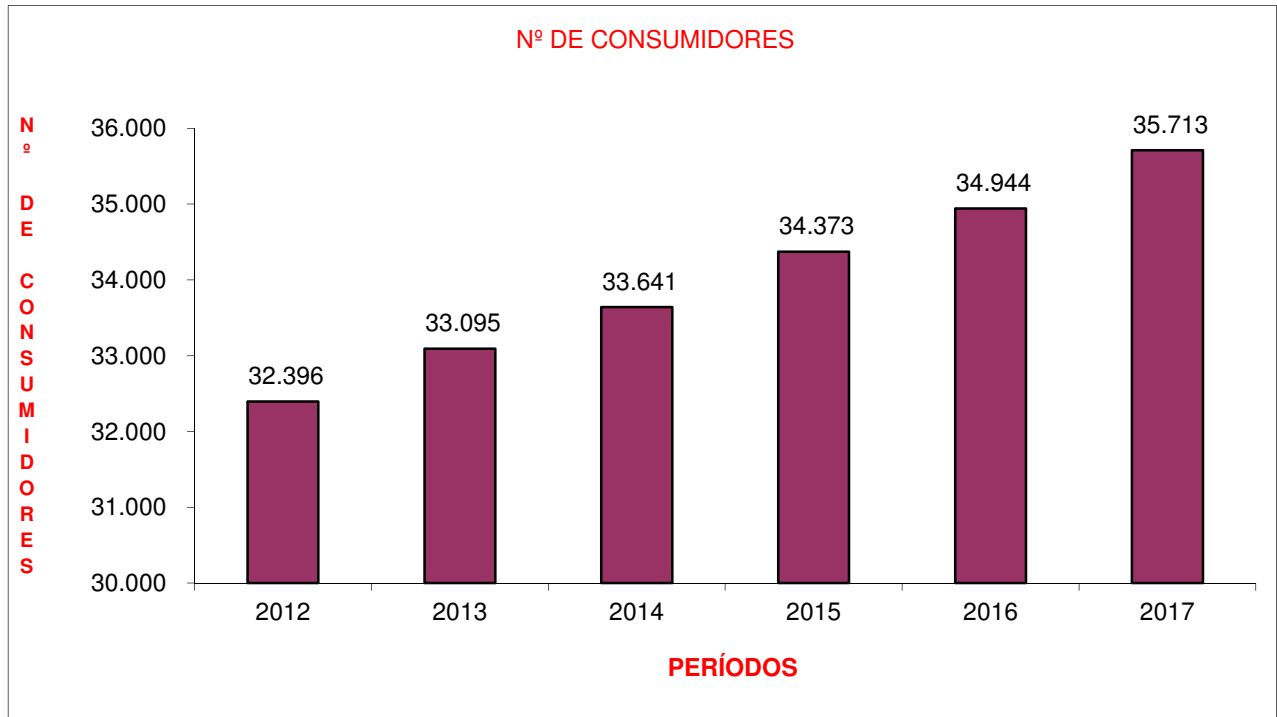
4 - MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Iguazu Energia manteve em 2017, a qualidade dos serviços realizando diversos investimentos em seu Sistema Elétrico.

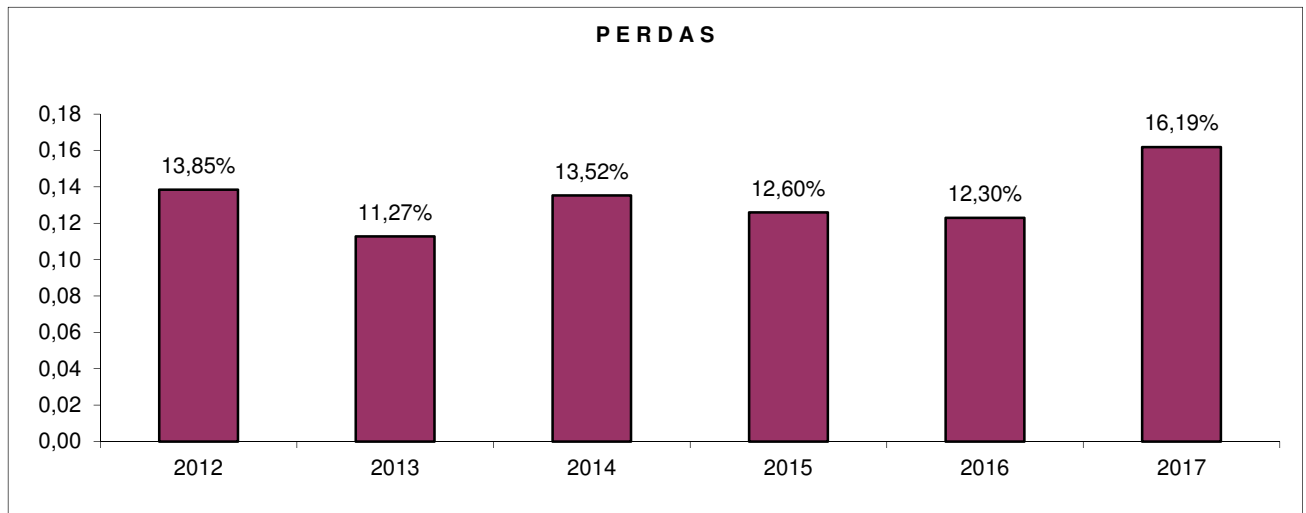




Foram incorporados ao mercado 769 novos consumidores, totalizando no final do ano **35.713**, com um acréscimo de 2,20% em relação ao ano de 2016.



As perdas de energia elétrica, definida pela diferença entre a energia requerida e a energia vendida, foram de 35.023 MWh, representando um percentual de 16,19%, demonstrando os efeitos dos investimentos feitos pela Iguazu Energia em busca da qualidade.



4.1 - DADOS GERAIS DO CONSUMO

A Iguazu Energia atende aos municípios de Xanxerê, Xaxim, Marema, Lajeado Grande, Entre Rios e parte de Bom Jesus e Iguazu, totalizando a área de 1.252 km², com uma população estimada de 80.000 habitantes.

ENERGIA ELÉTRICA TOTAL		
ANO	KWh/Habitante	KWh/Consumidor
2007	2.298	6.804
2008	2.333	6.668
2009	2.449	6.814
2010	2.546	6.883
2011	2.648	6.773
2012	2.691	6.645
2013	2.466	5.960
2014	2.573	6.221
2015	2.599	6.049
2016	2.370	5.427
2017	2.266	5.077

4.2 - RECURSOS HUMANOS

O número de empregados da Iguaçu Energia em Dezembro de 2017 é de 116. A seguir, apresentamos os índices de Consumidor e Consumo, por Empregado.

ANO	NÚMERO DE EMPREGADOS	VARIACÃO	ÍNDICES	
			Nº Cons/Empr.	MWh/Empr.
2007	122	5,17%	221	1.506
2008	122	0,00%	228	1.530
2009	103	-15,57%	279	1.902
2010	94	-8,74%	315	2.169
2011	104	10,64%	301	2.038
2012	107	2,80%	303	2.284
2013	113	5,61%	222	1.176
2014	115	1,77%	292	1.016
2015	123	6,50%	279	1.690
2016	117	-4,88%	299	1.621
2017	116	-0,86%	308	1.563

5 - Cumpre destacar, ocorrência de fatos totalmente imprevisíveis, com sentidos reflexos, ao desempenho de nossas atividades, neste ano:

5.1 – PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO

Manifestamos formalmente, em 05 de julho de 2012 pela prorrogação da concessão assegurada, nos termos da Subcláusula PRIMEIRA, da Cláusula TERCEIRA, do contrato de Concessão nº 050/199. Em decorrência da edição do Decreto 7805, de 14.09.2012, para os efeitos do §2º, do art. 2º, ratificamos o pedido de prorrogação em 09.10.2012.

O Poder Concedente deveria manifestar-se. Entretanto não o fez. Expirada a vigência do contrato de concessão nº 050/1999, em 07 de julho de 2015, permanecemos todo o segundo semestre, na incerteza ou não da sua prorrogação. Obviamente este fato, acarretou apreensões, postergação de decisões importantes sobre investimentos, e, tomada imperiosas de determinadas providências.

Somente, em 15 de dezembro assinamos o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 050/1999, prorrogando sua vigência até 07 de julho de 2045.

5.2 – INADIMPLÊNCIA

Finalmente, cumpre-nos registrar, face a conjuntura política/financeira, que atravessa o País a ELEVAÇÃO considerável do nível de INADIMPLÊNCIA para o patamar de mais de R\$ 1,743 milhões de reais.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Valores Expressos em Reais

LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

2017

2016

ATIVO

CIRCULANTE

Caixa e Equivalentes de Caixa.....	2.929.652,11	396.144,80
Contas a Receber de Clientes.....	18.463.954,53	9.770.551,06
Impostos e Contribuições a Recuperar.....	7.079,85	13.524,21
Estoques.....	548.400,58	617.761,93
Serviços Pedidos em Curso.....	119.939,23	41.143,28
Adiantamento a Fornecedores.....	867.436,23	2.545.941,02
Exposição Involuntária.....	535.782,92	1.751.908,06
Outros Créditos a Receber.....	215.052,92	648.805,18
	<u>23.687.298,37</u>	<u>15.785.779,54</u>

NÃO-CIRCULANTE

Realizável a Longo Prazo

Depósitos Judiciais.....	29.531.399,57	27.625.946,13
Impostos e Contribuições a Recuperar.....	10.001,58	9.685,62
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	2.063.659,02	2.644.368,04
Ativo Financeiro da Concessão.....	5.369.824,33	26.781,59
Intangível.....	23.936.069,80	26.759.643,20
	<u>60.910.954,30</u>	<u>57.066.424,58</u>

<u>TOTAL DO ATIVO.....</u>	<u>84.598.252,67</u>	<u>72.852.204,12</u>
-----------------------------------	-----------------------------	-----------------------------

PASSIVO

CIRCULANTE

Fornecedores.....	6.990.582,61	7.518.312,01
Empréstimos e Financiamentos.....	869.983,23	3.487.969,06
Folha de Pagamento.....	475.358,58	426.506,20
Tributos e Contribuições Sociais a Recolher.....	11.361.688,45	8.304.844,49
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio.....	86.260,57	86.260,57
Obrigações Estimadas.....	1.732.474,20	1.736.436,29
Encargos do Consumidor.....	5.357.181,56	3.196.200,90
Outras Contas a Pagar.....	8.630.549,59	3.631.805,43
	<u>35.504.078,79</u>	<u>28.388.334,95</u>

NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e Financiamentos.....	1.033.284,03	2.180.678,00
Tributos e Contribuições Sociais a Recolher.....	2.516.424,82	0,00
Provisão para processos Cíveis, Fiscais e Trabalhistas.....	32.927.235,30	31.675.872,73
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	3.463.394,32	3.816.559,61
Outras Contas a Pagar.....	28.524,15	32.089,66
	39.968.862,62	37.705.200,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social.....	6.387.636,00	5.887.764,00
Reservas de Lucros.....	457.263,95	457.263,95
Reservas de Reavaliação Patrimonial.....	1.286.575,36	1.279.003,69
Recursos Destinados a Aumento de Capital.....	199.800,63	0,00
Lucros (Prejuízos) Acumulados.....	794.035,32	(812.931,14)
	9.125.311,26	6.818.669,17

TOTAL DO PASSIVO

84.598.252,67 **72.852.204,12**

CONCILIAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO E INTANGÍVEL SOCIETÁRIO COM O ATIVO IMOBILIZADO REGULATÓRIO – ICPC 01 E OCPC 05

	2017 Societário	2017 Regulatório	Conciliação	2016 Societário	2016 Regulatório	Conciliação
CIRCULANTE						
Caixa e Equivalentes de Caixa.	2.929.652,11	2.929.652,11	0,00	396.144,80	396.144,80	0,00
Contas a Receber de Clientes..	18.463.954,53	18.463.954,53	0,00	9.770.551,06	9.770.551,06	0,00
Impostos e Contrib. a Recup...	7.079,85	7.079,85	0,00	13.524,21	13.524,21	0,00
Estoques.....	548.400,58	548.400,58	0,00	617.761,93	617.761,93	0,00
Serviços Pedidos em Curso.....	119.939,23	119.939,23	0,00	41.143,28	41.143,28	0,00
Adiantamento a Fornecedores.	867.436,23	867.436,23	0,00	2.545.941,02	2.545.941,02	0,00
Exposição Involuntária.....	535.782,92	535.782,92	0,00	1.751.908,06	1.751.908,06	0,00
Outros Créditos a Receber.....	215.052,92	215.052,92	0,00	648.805,18	648.805,18	0,00
	23.687.298,37	23.687.298,37	0,00	15.785.779,54	15.785.779,54	0,00
NÃO-CIRCULANTE						
Realizável a Longo Prazo						
Depósitos Judiciais.....	29.531.399,57	29.531.399,57	0,00	27.625.946,13	27.625.946,13	0,00
Impostos e Contrib. a Recup...	10.001,58	10.001,58	0,00	9.685,62	9.685,62	0,00
I. Renda e C. Social Diferidos..	2.063.659,02	2.063.659,02	0,00	2.644.368,04	2.644.368,04	0,00
Ativo Financ. Ind. de Conces... IMOBILIZADO.....	5.369.824,33	0,00	5.369.824,33	26.781,59	0,00	26.781,59
INTANGÍVEL.....	0,00	48.988.609,77	(48.988.609,77)	0,00	49.217.787,10	(49.217.787,10)
	23.936.069,80	37.417,22	23.898.652,58	26.759.643,20	65.280,43	26.694.362,77
	60.910.954,30	80.631.087,16	(19.720.132,86)	57.066.424,58	79.563.067,32	22.496.642,74
TOTAL DO ATIVO.....	84.598.252,67	104.318.385,53	(19.720.132,86)	72.852.204,12	95.348.846,86	(22.496.642,74)

DEMONSTRATIVO DO RESULT. DOS EXERC. FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Valores Expressos em Reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	75.231.894,51	59.468.749,68
<u>CUSTOS/DESPESAS OPERACIONAIS</u>		
Energia Elétrica Comprada para Revenda.....	(27.664.156,67)	(11.595.344,53)
Custo de Construção.....	(4.808.860,54)	(5.863.124,38)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição.	(18.794.065,53)	(20.267.864,25)
Pessoal.....	(13.517.691,76)	(12.933.363,40)
Material.....	(1.276.081,22)	(1.454.927,38)
Serviço de Terceiros.....	(2.800.329,66)	(3.384.599,09)
Depreciação e Amortização.....	(1.268.105,14)	(1.337.821,18)
Aluguéis e Leasing.....	(737.971,36)	(731.070,80)
Outros.....	(518.052,22)	47.311,11
	<u>(71.745.314,10)</u>	<u>(57.520.807,90)</u>
LUCRO OPERAC. ANTES DO RESULT. FINANCEIRO.....	<u>3.486.580,41</u>	<u>1.947.941,78</u>
<u>RESULTADO FINANCEIRO</u>		
Receitas Financeiras.....	1.360.621,48	1.261.136,19
Despesas Financeiras.....	(2.309.777,00)	(3.253.125,34)
	<u>(949.155,52)</u>	<u>(1.991.989,15)</u>
<u>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</u>		
Outras Receita e Despesas na Desativação/Alienação.....	(328.933,85)	(415.652,71)
RESULTADO OPERAC.ANTES DA C. SOCIAL E I. RENDA	<u>2.537.424,89</u>	<u>(44.047,37)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente.....	(702.911,70)	(47.937,26)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido.....	(227.543,73)	(322.876,76)
	<u>(930.455,43)</u>	<u>(370.814,02)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	1.606.969,46	(414.861,39)

6 - PARECER DA DIRETORIA

Observamos que a Iguaçu Energia mantém presente o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão e a modicidade das tarifas, apresentando bom desempenho na qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Da análise geral constatamos que a Iguaçu Energia revela-se uma empresa operacionalmente rentável, o que também se apresenta como cenário técnico e econômico-financeiro para os próximos anos.

Das análises técnicas, econômicas e financeiras a Iguaçu Energia apresenta-se como uma Concessionária de Energia Elétrica ajustada à nova realidade brasileira e apta para enfrentar novos desafios.

O êxito que a Iguaçu Energia vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Desejamos finalmente consignar, voto de louvor e agradecimento à competência e dedicação de todos nossos colaboradores, que não medem esforços, com eficiência e capacidade, no desempenho de suas atribuições, em prol do engrandecimento da empresa e desta região.

A ADMINISTRAÇÃO

Joaquim Salles Leite Filho – Diretor

Ana Paula Torres – Diretora

Antonio Claudio Baldissera – Diretor

Wagner Luiz Teles – Contador
CRC 16.365 – CPF: 607.476.769-68